

Editorial

Edição Especial n. 3: Psicologia e Políticas de Segurança Pública

Esta Edição Especial da Revista Polis e Psique apresenta, a partir de diferentes enfoques e campos temáticos, doze artigos que abordam as políticas de segurança pública no Brasil em interface com a Psicologia. Os artigos que compõem este número especial afirmam a inserção da pesquisa e demais práticas psicológicas na produção e execução das políticas de segurança pública nacionais. São escritos que produzem análises que abarcam desde questões relacionadas à violência institucionalizada, praticada contra pessoas em situação de rua, usuários de drogas, homossexuais, até às recentes manifestações ocorridas nas cidades brasileiras em junho de 2013. Reunimos textos que problematizam as políticas públicas, formuladas para atender às demandas por cidades mais seguras, colocando em análise as medidas punitivas de encarceramento do sistema penal, bem como as próprias alternativas penais. As análises apresentadas nesse número especial evidenciam, ainda, a exemplo das incursões em favelas do Rio de Janeiro, o modo como o Estado vem promovendo políticas de segurança pública que estão a serviço da especulação imobiliária e de um movimento de construção de uma nova lógica de urbanização das cidades que passa pelas mudanças nos modos de socialização dos sujeitos, bem como pela constituição do social como problemática em determinados espaços urbanos. Por fim, destacam-se nesta edição as interfaces entre as políticas de segurança pública e as práticas de cuidado de usuários de drogas e aos pacientes psiquiátricos, ressaltando o viés polícialesco das atuais serviços de saúde.

Inicialmente, apresentamos os quatro artigos que analisam as políticas de segurança pública, tendo como palco os ambientes das ruas, colocando em questão as diversas investidas das políticas públicas neste espaço. A seguir, estão os quatro artigos que abordam a configuração de um social problemático passível de intervenção do Estado, considerando a crescente institucionalização dos espaços urbanos, e a relação entre as políticas de saúde e de segurança pública. Ao final, apresentaremos os quatro artigos que discutem práticas decisórias quanto à penalização dos sujeitos, e as medidas alternativas.

Abrimos a Edição Especial com o artigo *A nuvem, a névoa e o nevoeiro: sobre outros “vandalismos”. O que há de múltiplo nessa história?*, de Natália Muniz de Pádua, Bruno Giovanni de Paula Pereira Rossotti e Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) coloca em discussão os discursos midiáticos dicotomizantes sobre

os movimentos e as manifestações de protestos ocorridos no Brasil em junho de 2013, deste modo, apontam a multiplicidade – a recusa à homogeneização dos protestos – como forma de resistência.

Em seguida, o artigo *Homofobia e cidade: um ensaio sobre lâmpadas, segurança e medo*, de Luan Carpes Barros Cassal, traz uma análise de questões do cotidiano da vida nas cidades, relacionadas à segurança e à sexualidade, compondo uma análise crítica desse contexto, ao tomar dois episódios de violência homofóbica, amplamente divulgados na mídia nacional, como dispositivo de análise do presente.

O terceiro artigo apresentado é intitulado *Biopolítica nas ruas: a produção de modos de vida seguros*, de Wanderson Vilton Nunes da Silva e Simone Hüning, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Nele os autores problematizam a produção de homicídios de moradores de rua em Maceió, bem como as estratégias de governo das condutas elaboradas a partir dos altos índices de homicídios nesta população, considerando documentos públicos e midiáticos como recurso metodológico.

O quarto artigo, de Carolina dos Reis e Neuza Guareschi, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), *Produção de morte como prática de governo: discursos sobre segurança pública*, no qual as autoras analisam discursos veiculados nas mídias nacionais sobre a letalidade policial, ressaltando a produção de morte nas políticas de segurança como parte indissociável das estratégias de governo biopolíticas.

No quinto artigo, *UPP e UPP Social – novas modulações para cuidar da vida no e do planeta*, de Mayara de Martini Cabeleira, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a autora faz um relato analítico sobre a ocupação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP's) de forma a problematizar as alianças entre a lógica de segurança pública e a da economia das relações e dos modos de socialização.

O sexto artigo desta Edição Especial foi escrito por Iara de Salvo Rocha e Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com o título de *O social chega ao morro: engendramentos em uma favela pacificada*. As autoras propõem pensar os deslocamentos efetivados pela implantação das UPP's na comunidade Santa Marta no Rio de Janeiro, apontando como deslocamentos a possibilidade de ressignificação da favela e de reurbanização desses territórios, produzindo o que chamam de novos circuitos de inclusão e de exclusão social.

No sétimo artigo, *Polícias de Saúde: quem tem medo de usuários de drogas?*, os autores Andrea Cristina Coelho Scisleski, Jhon Lennon Caldeira da Silva, Giovana Barbieri Galea-

no, Carla Lavarda Concentino Caetano e Bruna Soares Bruno, da Universidade Católica Dom Bosco (PPGPSI/UCDB), buscam problematizar as políticas de saúde no Brasil destinadas a população pobre e usuária de drogas. A partir da análise das principais legislações de combate às drogas e considerando as contribuições de Michel Foucault e Lóïc Wacquant, os autores apontam as formas como tais políticas, destinadas à esta população, funcionam como uma polícia das condutas, estabelecendo o que chamam de uma vigilância dos pobres.

O oitavo artigo, *Falar o sofrimento de vidas presas: uma política da narratividade*, de Alyne Alvarez Silva e Maria Cristina Gonçalves Vicentin, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), produz uma análise sobre vidas reclusas em um manicômio e em um simulacro nos estados do Pará e de São Paulo, respectivamente. As autoras tomam essas instituições como duas modalidades de mecanismos de segurança, a partir das quais se mantêm um jogo de exclusão e de violência que opera uma determinada política da narratividade em torno do sofrimento nestas instituições.

O nono artigo desta Edição Especial foi escrito por Salo de Carvalho com o título *Sobre as Possibilidades de uma Penologia Crítica: Provocações Criminológicas às Teorias da Pena na Era do Grande Encarceramento*. Trata-se de um ensaio conceitual em que o autor analisa as prisões em massa, fenômeno recente da história jurídica brasileira, e as teorias que justificam a aplicação desta pena, admitindo como hipótese do trabalho que as teorias penais tradicionais não oferecem um modelo redutor do punitivismo.

O décimo artigo é de Guilherme Augusto Dornelles de Souza, *Discursos sobre crime e punição na produção de alternativas à prisão no Brasil*, no qual o autor apresenta uma análise tática de discursos sobre crime e punição relacionadas a quatro leis que instituíram alternativas penais à pena privativa de liberdade. O autor apresenta, através desta análise, como diferentes concepções sobre crime, pena e sobre os sujeitos apenados são acionadas em momentos diferentes da história criminal brasileira com o objetivo de produzir alternativas à prisão no Brasil.

O décimo primeiro artigo desta Edição Especial é intitulado de *Procedências e implicações de um dispositivo de segurança*, escrito por Ricardo Urquiza Campello, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Neste artigo o autor coloca em análise as penas alternativas à reclusão prisional, apontando deslocamentos nas técnicas punitivas.

E, por fim, o décimo segundo artigo aqui apresentado, fora escrito por Fabiana Davel Canal e Gilead Marchezi Tavares, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com o título *Penas e medidas alternativas: ética como caminho*. Neste artigo as autoras analisam um projeto de uma Vara de Execuções Penais do Espírito Santo e os efeitos destas Penas e Medi-

das Alternativas nas vidas dos apenados. Como recurso metodológico utilizaram participação no grupo, diários de campo e entrevistas com cinco apenados. Apontam o grupo como um espaço relacionado a uma determinada ética do cuidado e ao mesmo tempo como um espaço para a moralização das condutas, resultando num processo de naturalização de discursos e práticas cotidianas sobre a condição de apenado.

Os artigos aqui reunidos abrangem uma série de problemáticas que estão presentes no campo da segurança pública, apesar das diferentes abordagens teóricas e metodológicas das questões analisadas, existe uma reflexão comum a todos os estudos que afirma a importância da localidade das análises e discussões. Ao serem singularizadas as questões estudadas proporcionam análises potentes sobre o que estamos construindo com nossas tecnologias de segurança pública, relacionadas às demais políticas públicas.

Desejamos uma Boa leitura!

Neuza Maria de Fátima Guareschi – Editora da Revista Polis e Psique

Wanderson Vilton Nunes da Silva – Editor convidado

Carolina dos Reis – Editora convidada